**Consulta Pública e Audiência Pública nº 31/2013, sobre alteração do Regulamento Técnico 05/2005 com vistas à inclusão de dispositivo que trata da utilização de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D para levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas**:

**SUGESTÕES RECEBIDAS**

| **ARTIGO DA RESOLUÇÃO / ITEM DO REGULAMENTO** |  | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** | **INTITUIÇÃO** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **8.2.8** | 8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:  .......................................................  *8.2.8 As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar dados públicos de fomento, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural.* | 8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:  .......................................................  **8.2.8** As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar Dados de Fomento, conforme definido na Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural. | A proposta visa fazer referência à definição da expressão “Dados de Fomento” já prevista na Resolução ANP nº 11/2011, a fim de manter a consistência entre as duas normas, que são correlacionadas. | **IBP** |
|  | *8.2.8.1 Na impossibilidade de levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos pela instituição de pesquisa credenciada, os trabalhos necessários a tais levantamentos poderão ser contratados junto a empresa, constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que possua autorização da ANP, desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas decorrentes desta contratação serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em instituições de P&D de que trata o item 7.3.* | **8.2.8.1** ,Caso a Instituição credenciada não detenha autorização da ANP para o exercício da atividade de aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos ou, mesmo possuindo tal autorização, não detenha a capacidade tecnológica e operacional para aquisição pretendida, os trabalhos necessários para tanto poderão ser realizados pelo Concessionário ou contratados pelo Concessionário e/ou pela Instituição Credenciada junto a Empresas de Aquisição de Dados, devidamente autorizadas pela ANP, , conforme definido na Resolução ANP nº 11/2011, desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas daí decorrentes serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em Instituições Credenciadas de que trata o item 7.3. | Sugere-se a alteração do texto, conforme abaixo:  (i) Necessidade de esclarecimento quanto ao critério a ser utilizado para determinar na “impossibilidade” de a Instituição Credenciada realizar a aquisição dos dados, conferindo maior segurança regulatória e reduzindo a subjetividade da norma;  (ii) Sugestão de se utilizar a expressão “Instituição Credenciada” ao invés de “instituição de pesquisa credenciada”, em linha com definição já prevista na Resolução ANP nº 33;  (iii) Esclarecer que as Empresas de Aquisição de Dados, tal como definido na Resolução ANP nº 11/2011, também poderão ser contratados diretamente pelos Concessionários, tendo em vista a reconhecida dificuldade enfrentada pelas Instituições Credenciadas Públicas (exemplo: universidades) para realizar este tipo de contratação, seja diretamente, seja por meio das Fundações de Apoio, as quais cobram taxas administrativas para intermediar tais contratações e podem não ter pessoal qualificado para tanto.  Além disso, o IBP sugere a possibilidade de realização das despesas de aquisição dos dados diretamente pelo próprio Concessionário, tendo em vista que: (a) tanto as despesas internas do Concessionário quanto aquelas realizadas em empresas nacionais fazem parte do mesmo grupo de despesas qualificáveis, conforme previsto na Resolução ANP nº 33/2005; e (b) a qualificação de despesas internas do Concessionário foi autorizada pela ANP no precedente que gerou a atualização da norma, qual seja: a Resolução de Diretoria nº 86/2013. | **IBP** |
|  | *8.2.8.2 É de responsabilidade do concessionário a entrega dos dados à ANP, em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da instituição de pesquisa.* | **8.2.8.2** A responsabilidade pela entrega dos dados à ANP se dará em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da InstituiçãoCredenciada. | A Resolução ANP 11/2011 já define exaustivamente as regras e a responsabilidade pela entrega dos dados à ANP, tanto pelos Concessionários, quanto pelas Empresas de Aquisição de Dados e Instituições Acadêmicas. Assim, com o fito de se evitar a criação de regras conflitantes e a imposição de obrigação em duplicidade a diferentes agentes pela entrega de tais dados à ANP, a proposta do IBP é no sentido de se fazer apenas referência às regras da Resolução ANP nº 11/2011. | **IBP** |
| Art. 1º -  Novos itens:  8.2.9  8.2.9.1  8.2.9.2  8.2.9.3 |  | 8.2.9 **–** As depesas internas realizadas pelos Concessionários, de que trata o item 8.1.1, referentes à compra de dados geólogicos, geoquímicos e geofísicos não exclusivos, para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, Concessionários, ou Empresas Sub Contratadas, só serão admitidas mediante Autorização Prévia da ANP, nas seguintes condições:  8.2.9.1 – Desde que os Dados Não Exclusivos solicitados possuam caráter comprovadamente científico para o entendimento de estruturas regionais, não vinculadas a Programas Exploratórios Mínimos para áreas sob regime de Concessão, Cessão ou Partilha e, que o período de confidencialidade dos dados solicitados para o estudo seja superior ao prazo planejado para a execução do projeto de P&D;  8.2.9.2 - Desde que os dados públicos disponíveis no BDEP para a região objeto do estudo, comprovadamente não satisfaçam aos requisitos técnicos do escopo do projeto de pesquisa;  8.2.9.3 – Desde que os resultados e Propriedade Intelectual do estudo sejam entregues à ANP para se tornarem públicos logo após o término do contrato referente ao projeto de pesquisa. | 1 – Considerando que existem áreas de novas fronteiras já mapeadas por EADs e os dados públicos disponíveis no BDEP não são suficientes para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, não faz sentido, do ponto de vista de otimização dos recursos destinados a P&D, que o Concessionário seja levado a investir um volume muito maior de recursos num novo levantamento para “readquirir” dados já existentes no mercado;  2 – Caso a ANP não autorize o licenciamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos não exclusivos existentes, com qualidade comprovadamente superior aos dados disponíveis no BDEP, este direcionamento irá limitar os possíveis resultados dos projetos de P&D na área de Geologia e Geofísica, por restringir ao projeto apenas dados públicos de fomento que, em muitas vezes, possuem qualidade muito inferior aos disponíveis no mercado.  Tal direcionamento é discordante com as políticas de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento praticadas em vários países do mundo, onde tais gastos são incentivados para proporcionar aumento da qualidade dos estudos e maior conhecimento das áreas estudadas para os próprios órgãos do Estado.  3 – Caso o Concessionário concorde em tornar pública a Propriedade Intelectual após o término do projeto, tal direcionamento está alinhado com o objetivo principal do texto. | **SINOCHEM PETRÓLEO BRASIL LTDA** |
| Não foi sugerida alteração de nenhum item específico |  | Permitir a contabilização dos custos de aquisição de dados sísmicos especiais e proprietários como custos de P&D | O banco de dados públicos da ANP disponíveis para projetos de P&D é limitado e foi praticamente esgotado nos últimos anos no que tange à sua utilidade para novos projetos. O nível de conhecimento das bacias brasileiras já atingiu um ponto tal que para que haja um salto de qualidade significativo será necessário empregar novos dados geológicos e geofísicos, de maior sofisticação, de maior custo e de menor acessibilidade. Neste sentido, alguns dados sísmicos especiais tais como levantamentos ultra-profundos, sísmica 3D de diversos tipos, sísmica de bacias fora do Brasil mas análogas às brasileiras seriam extremamente úteis para suportar projetos mais sofisticados de P&D. Mas, comumente tais levantamentos são proprietários e custosos. As operadoras poderiam ser estimuladas a adquirir tais dados sob a rubrica de gastos com P&D. Naturalmente, haveria mecanismos de controle do uso de tais dados para o fim exclusivo de P&D. | **ZAG CONSULTORIAL EM EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO** |
|  |  |  |  |  |